



DECISÃO SOBRE PROCESSO ADMINISTRATIVO

O Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental da URA Noroeste, no uso de suas atribuições, com base no art. 8º, inciso VII da Lei nº 21.972, de 21 de janeiro de 2016, de acordo com o art. 17 ou art. 23 do Decreto nº 48.707, de 25 de outubro de 2023, comunica que o pedido de licença ambiental analisado no âmbito do processo administrativo indicado a seguir foi ARQUIVADO.

Pessoa Física ou Jurídica na qual o empreendimento se vincula : NADIA ATEF SAMMOUR BIANCONI
CNPJ/CPF : 257.271.748-48
Empreendimento : Fazenda Fala Verdade, Lugares Denominados Genipapeiro e Córrego das Lages
Endereço da Pessoa Física ou Jurídica na qual o empreendimento se vincula : Rua São José número/km 550 APT 401
Bairro Centro CEP 38610-026 Unaí - MG
Município e Coordenadas geográficas do local de desenvolvimento das atividades:
Unaí (LAT) -16.6772, (LONG) -46.707
Fator locacional resultante : 1
Classe predominante resultante : 3
Modalidade de licenciamento : LAC1
Processo Administrativo Licenciamento : 3075/2025

Motivo da decisão:

Considerando que o processo de licenciamento ambiental foi arquivado, nos termos da Deliberação Normativa Copam nº 258, de 31 de julho de 2025, e que existe pedido de Autorização para Intervenção Ambiental vinculado ao processo de licenciamento, o Processo SEI nº 2090.01.0028907/2024-38 está sendo redirecionado internamente para a regional do Instituto Estadual de Florestas – IEF – responsável pela análise.

Documento emitido eletronicamente, nos termos do art. 1º e art. 2º do Decreto Estadual nº 47.222/2017 e do art. 6º, §4º, do Decreto Estadual nº 47.441/2018.

Unaí, 13/10/2025.

Documento assinado eletronicamente por RICARDO BARRETO SILVA, Chefe da Unidade, em 13/10/2025 16:34 conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.

Os interessados podem interpor recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da publicação, com fundamento no art. 40 e seguintes do Decreto Estadual nº 47.383, de 02 de março de 2018. O recurso poderá ser instruído via Sistema Eletrônico de Informações - SEI - diretamente à unidade regional responsável pela análise do processo em referência.

Atenção: O órgão ambiental não faz contato telefônico com o empreendedor e/ou seus representantes para oferecer prestação de serviços de recurso da presente decisão, tampouco cobra taxas desassociadas de Documento de Arrecadação Estadual - DAE.